



---

## **Interseccionalidade no Jornalismo: o que os dados revelam sobre raça e gênero na Profissão<sup>1</sup>**

### **Intersectionality in Journalism: what the data reveal about race and gender in the profession**

Cíntia Moreira Gomes  
José Ilton Porto

**Palavras-chave:** Jornalismo; Interseccionalidade; Raça; Gênero; Diversidade.

O jornalismo, enquanto campo profissional e discursivo, ainda reflete uma estrutura cisheteronormativa e masculina, como apontado por Márcia Veiga (2014). Esse cenário não se dá apenas pela presença majoritária de homens brancos nas redações, mas pela própria forma como a profissão foi historicamente construída e institucionalizada. Como outras instituições sociais — família, escola, igreja —, o jornalismo atua como uma “tecnologia de gênero” (DE LAURETIS, 1987), reproduzindo normas e discursos que consolidam padrões hegemônicos de identidade e excluem corpos dissidentes.

A cisheteronormatividade, como conjunto de normas e sanções que pressupõem o gênero e a sexualidade como dados naturais, marginaliza profissionais LGBTQIA+, negros, indígenas e outros grupos subalternizados. No contexto jornalístico, isso se manifesta tanto no perfil dos profissionais que ocupam espaços de poder nas redações quanto na forma como determinados corpos e vivências são representados (ou invisibilizados) na cobertura jornalística. Como aponta Louro (2008), aqueles que fogem à norma cisheterossexual e branca se tornam alvos de exclusões institucionais, sofrendo sanções que limitam sua permanência e ascensão no mercado de trabalho.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao VII Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais. POSCOM-UFSM. Santa Maria, RS. ECA-USP. São Paulo/SP.



---

A partir da interseccionalidade, conceito cunhado por Kimberlé Crenshaw (2002), é possível compreender como diferentes eixos de opressão — raça, gênero, classe, sexualidade — operam simultaneamente para estruturar desigualdades dentro do jornalismo. Para aprofundar essa análise de conteúdo (Bardin, 1997), este artigo busca examinar as pesquisas do **Perfil Racial da Imprensa Brasileira** e do **Perfil do Jornalista Brasileiro**, investigando como esses estudos mapeiam a composição racial, de gênero e sexualidade dos jornalistas no Brasil, ajudando-nos a entender a interseccionalidade da imprensa brasileira.

O perfil do jornalista brasileiro está longe de manter a equidade de gênero, sexual e de raça. Aqui, para a melhor compreensão dos resultados desta pesquisa, foram analisados dois estudos sobre as características do jornalista no país.

A pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro, como já mencionada anteriormente, Mick e Lima atualizaram a pesquisa de 2013, ao realizar um levantamento com 7.029 jornalistas que responderam ao questionário entre 16 de agosto e 1º de outubro de 2021, pesquisando as características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho do profissional e da categoria.

Os dados do estudo indicam que jornalistas no Brasil ainda são majoritariamente mulheres (58%), brancas (68,4%), solteiras (53%), com até 40 anos, perfil que mudou pouco em relação ao levantamento realizado em 2012. Ainda assim, é importante ressaltar que essa participação feminina reduziu em seis pontos em comparação ao estudo de 2012 (64%), enquanto a presença masculina cresceu de 36% para 42%, indicando uma possível reversão do processo de feminização do jornalismo.

Ainda assim, o perfil predominante continua sendo de mulheres brancas e solteiras. Outro aspecto abordado por Mick e Lima (2021) é o crescimento da participação de jornalistas negros, que aumentou de 23% em 2012 para 30% em 2021, possivelmente impulsionado por políticas afirmativas no ensino superior. No entanto, a maioria dos jornalistas brasileiros ainda é branca (67,8%), com a população parda representando



---

20,6%, a preta 9,3%, a amarela 1,3% e a indígena apenas 0,4%, percentual inalterado desde 2012. Esses dados evidenciam a permanência de desigualdades raciais e de gênero no jornalismo brasileiro. Rosa (2014) observa que ao passo em que a representação de gênero equilibrou-se, mas não os espaços de poder que se mantêm masculinos, prossegue o teor reivindicatório de jornalistas negros e negras para a ocupação de postos de trabalho, considerando a mão-de-obra existente e que não é absorvida nas redações e nas assessorias de imprensa em decorrência de aspectos de ordem racial (Rosa, 2014, p. 4). Outra pesquisa divulgada no mês de novembro de 2021, marcando o Dia da Consciência Negra (20 de novembro), organizada por Jornalistas & Cia, Portal dos Jornalistas, Instituto CORDA e I'MAX, coletou dados de 1952 jornalistas para traçar o perfil racial da imprensa brasileira. A amostra apresentou o dado de que a população brasileira é majoritariamente negra, segundo os dados do censo do IBGE de 2010, já que somados, pretos e pardos, são 50,94%; e, pelo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE de 2019, são 56,20% da população brasileira total.

Essas proporções não estão refletidas na composição racial do contingente de jornalistas nas redações brasileiras, já que apenas 20,10% dos jornalistas de redação se autodeclararam negros, pretos ou pardos. A maioria, 77,60%, se autodeclara branca. As populações, amarela (2,10%) e indígena (0,20%), somam menos de 3% do total. Porcentagem aproximadas ao encontrado na pesquisa de Mick e Lima em 2021.

Para analisar a questão de gênero e de raça na mídia, é importante conhecer quem produz o conteúdo publicado nos veículos e assim compreender como esse perfil do jornalista pode contribuir e influenciar os assuntos abordados nos veículos.

Diante desse cenário, o feminismo negro tem desempenhado um papel crucial na luta por igualdade racial e de gênero no Brasil. Desde a década de 1970, intelectuais e ativistas negras têm promovido debates que questionam as estruturas de opressão e reivindicam espaços de representação e poder. Como destaca Akotirene (2019), a ausência de uma abordagem interseccional nas análises feministas e antirracistas pode



---

resultar na reprodução das mesmas opressões que esses movimentos buscam combater.

No que tange a questão de gênero, quase a totalidade dos respondentes (99,7%) se classifica como feminino (57,8%) ou masculino (41,9%). Além de demonstrar que as jornalistas brasileiras se encontram nas posições mais tradicionais com relação a gênero, as respostas indicam que se mantém o predomínio feminino na profissão. Entre os que se identificaram de outra forma (0,3%), a principal designação foi a de não-binário. O que me chama bastante atenção é não ter nenhum dado de quantos desses jornalistas são LGBTQIA+.

No estudo também encontra-se a estimativa da categoria cor/raça. Sendo assim, brancos/as representam 67,8%, pardos/as, 20,6%, pretos/as, 9,3%, amarelos/as – 1,3%. Em relação às funções dos profissionais que atuam na mídia, 37,1% são repórteres e 23,4% atuam como editor/a. Uma outra pesquisa sobre a qual lançamos o olhar é o Perfil Racial da Imprensa no Brasil. Sob a liderança de J&Cia e do Portal dos Jornalistas, com concepção e coordenação técnica do Instituto Corda – Rede de Projetos e Pesquisas e apoio logístico do I'MAX no contato com as jornalistas, o estudo dividiu-se em três fases e ouviu, via telefone ou questionário, 1.952 profissionais de todo o país, entre os dias 16 de setembro e 31 de outubro de 2021.

Conforme o IBGE, a população brasileira é majoritariamente negra. Segundo dados de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), somados, pretos e pardos atingem 55,5% da população total no país, e, por projeções consolidadas na PNAD/IBGE de 2019, a população negra atingiu a marca de 56,20% da população brasileira total. Essas proporções não estão refletidas na composição racial do contingente de jornalistas nas redações brasileiras, como identificou o estudo.

Apenas 20,10% dos jornalistas de redação se autodeclararam pretos ou pardos, negros. A grande maioria, 77,60% se autodeclara “branca”. A população amarela (2,10%) e indígena (0,20%) somam menos de 3% do total. Assim como em tantas outras profissões que são majoritariamente exercidas por profissionais com ensino superior, também na



---

atividade jornalística a presença do negro é desproporcional, e bem menor, ao seu peso relativo na população. Esse é, de partida, o primeiro grande indicador do estudo a expressar a desigualdade racial no Brasil e que, também nessa atividade profissional, está presente em grandes dimensões.

Conforme o relatório, ao longo da vida profissional, 57% das entrevistadas identificam marcas de discriminação e, 98%, de maior dificuldade para o desenvolvimento da carreira em relação às brancas.

As ações racistas mais relatadas dizem respeito a aspectos relacionados a preconceito racial em geral, discriminação pela aparência, discriminação no tratamento profissional e assédio racial. Para o desenvolvimento da carreira os aspectos mais citados estão relacionados a temas como: cultura geral da empresa privilegia brancos, chefia é sempre branca, discriminação pela aparência e ambiente de trabalho branco.

Para 85% das entrevistadas, jornalistas negras, a perversa combinação de racismo e machismo é presente em suas experiências profissionais. Misoginia e racismo, assédio, identificar a mulher como incapaz ou inapta e discriminação no tratamento profissional são alguns dos problemas enfrentados.

A pesquisa ainda destaca que a sub-representação da população negra nas redações jornalísticas é mais intensa na Região Sul e, de outro lado, onde as negras têm mais representatividade é na Região Nordeste, em parte refletindo a distribuição da população negra pelo país.

Para analisar a questão de interseccionalidade na mídia, é importante conhecer quem produz o conteúdo publicado nos veículos e assim compreender como esse perfil do jornalista pode contribuir e influenciar os assuntos abordados nos veículos.

As questões de gênero e raça estão profundamente entrelaçadas e são centrais para a compreensão das dinâmicas sociais, políticas e econômicas nas sociedades. No contexto brasileiro, em que a história é marcada pela colonização, escravidão e por uma estrutura social altamente desigual, essas intersecções são particularmente significativas. Gênero e



---

raça não são apenas categorias de análise, mas também experiências vividas que afetam a forma como as pessoas são percebidas e tratadas na sociedade.

A análise realizada neste estudo evidencia que o jornalismo brasileiro ainda está distante de representar a diversidade da sociedade em sua composição e estrutura. A predominância de profissionais brancos, cisgêneros e heterossexuais nas redações demonstra que há um longo caminho a percorrer para que a profissão avance na equidade racial, de gênero e sexualidade.

A hierarquização de pautas e cargos dentro das redações reforça desigualdades históricas, limitando mulheres e pessoas negras a posições de menor prestígio e poder decisório. Além disso, a ausência de dados sobre a população LGBTQIA+ no jornalismo revela lacunas importantes na compreensão das dinâmicas de representatividade dentro do jornalismo.

Diante desse cenário, faz-se importante que empresas jornalísticas, sindicatos e instituições de ensino repensem suas práticas e promovam ações concretas para fomentar a inclusão e a diversidade. A implementação de políticas afirmativas pode contribuir para um jornalismo mais plural e comprometido com a equidade.

A construção de um ambiente mais diverso não deve ser apenas um compromisso institucional, mas uma prática cotidiana dentro das redações. O estímulo à contratação de profissionais de grupos sub-representados são algumas das estratégias fundamentais para transformar esse cenário. Afinal, um jornalismo mais diverso não só fortalece a profissão, mas também garante uma cobertura com um olhar à alteridade e alinhada com a realidade da população brasileira.

### Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997.

CRENSHAW, Kimberle. **A interseccionalidade na discriminação de Raça e Gênero**.



---

Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio Janeiro: Zahar. 2020.

IBGE. Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda. **Agência IBGE de notícias**. 22 dez. 2023.

JORNALISTAS & Cia, Portal dos Jornalistas, Instituto CORDA; I'MAX. **Perfil Racial da Imprensa Brasileira**. 2021.

LAURETIS, Teresa de. **A tecnologia do gênero**. Technologies of gender, Indiana University Press, 1987

LOURO, Guacira. **Um corpo Estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 1. ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel Pantoja. **Perfil do Jornalista Brasileiro**: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel Pantoja. **Perfil do Jornalista Brasileiro 2021**: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. Florianópolis: Insular, 2021.

ROSA, Isabel Cristina Clavelin da. **Raça e gênero nas formações discursivas sobre a identidade profissional de jornalistas**. In: 16º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, Águas Claras/DF, 2014. São Paulo.

VEIGA, Márcia. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. 1.ed. Santa Catarina: Insular, 2014.